



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Ofício n.º: 080/2017/SL-DEAP

Santana do Livramento, 21 de setembro de 2017.

À ESI COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.  
Aos cuidados da Sr.ª Lisandra Chiamenti  
Sócia-Gerente

Assunto: **Resposta a Impugnação ao Edital de Concorrência 01/2017**

Prezada Senhora,

A Comissão Permanente de Licitações do Câmpus Santana do Livramento, do Instituto Federal Sul-rio-grandense, de acordo com a Lei 8.666/93, art. 31, § 2º, a legislação atribui a Administração a possibilidade de estabelecer capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo OU garantias, desta forma, foi estabelecido como um dos critérios da Qualificação Econômico-financeira o **Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da presente licitação**. O referido parágrafo, bem como a Súmula nº 275/2012, não mencionam que seria a critério do licitante.

*§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado. (grifo nosso)*

*SÚMULA Nº 275/2012 - Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços. (grifo nosso)*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Com relação ao critério SICAF, o Edital determina, no item 6.5 que **todas as licitantes, optantes e não optantes pelo SICAF, também deverão apresentar o Patrimônio Líquido** não inferior a 10%, não ferindo o Princípio da Igualdade entre as licitantes. A IN 02/2010 prevê que os editais não poderão conter cláusulas que excedam as exigências contidas nos arts. 28 a 31 da Lei 8.666/93 e o critério do Patrimônio Líquido não inferior a 10% está previsto no § 2º do art. 31.

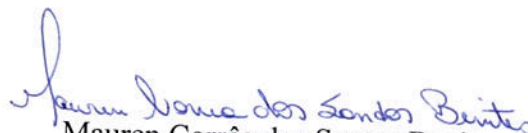
*6.5 Todas as licitantes, optantes e não optantes pelo SICAF, deverão apresentar, também, dentro do Envelope n.º 01, os seguintes documentos:*

*j) Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da presente licitação. (grifo nosso)*

*Art. 46. Os editais não poderão conter cláusulas que excedam às exigências contidas nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993, salvo quando os assuntos estiverem previstos em legislação específica.*

Nesse sentido, a Comissão Permanente de Licitações julga improcedente a impugnação apresentada, visto que o critério “Patrimônio Líquido não inferior a 10%”, estabelecido pelo Instituto, demonstra melhor a real situação da entidade, porque além do Capital Social, evidencia os resultados da entidade.

Atenciosamente,

  
Mauren Corrêa dos Santos Benites

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Portaria 1642/2017